



Mauro Sá Rego Costa

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-reitor

Paulo Roberto Volpato Dias

Rádio, arte e política



EDITORA DA UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Conselho Editorial

Antonio Augusto Passos Videira

Erick Felinto de Oliveira

Flora Sússekind

Italo Moriconi (presidente)

Ivo Barbieri

Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves



Rio de Janeiro
2013

As rádios livres e comunitárias no Brasil¹

Para entender a história e a atual situação das rádios comunitárias no Brasil, consideramos necessário um preâmbulo conceitual. Trata-se de uma história com muitas camadas heterogêneas e contraditórias entre si, em que se misturam o desejo autêntico dos movimentos sociais pela democratização das comunicações; a resistência do sistema instituído da mídia, altamente oligopolizado e com representação política poderosa em todos os níveis de governo; uma legislação limitadora do alcance (abrangência do sinal) e da sustentabilidade das emissoras comunitárias; a infiltração daquele mesmo poder político instituído na tentativa de controle desse novo sistema de comunicação; uma saída para o sistema (agora ilegal) das rádios livres, utilizado tanto pelos movimentos sociais quanto por interesses comerciais (de pequena monta), por grupos políticos locais (prefeituras, vereadores) e por uma crescente e ampla rede de igrejas evangélicas populares; a perseguição policial e judicial a essas emissoras ilegais, cujo número já ultrapassa largamente as possibilidades materiais da eficácia da ação repressiva; as mudanças nas tecnologias de informação e

¹ Texto revisado da versão de "Rádios livres e rádios comunitárias no Brasil", publicada em *Periferia*, revista on-line do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação da FEBF/UERJ, v. 2, n. 2, set. 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/>>.

comunicação, que ampliam o alcance ou até substituem projetos de rádio comunitária (web rádios, blogs, sites); o apoio crescente de outra área de governo – a do Ministério da Cultura –, com seu projeto de distribuição de meios de desenvolvimento cultural para as camadas populares (os Pontos e os Pontões de Cultura), cujos grupos criam suas rádios comunitárias e/ou estimulam (em cursos e oficinas) a criação de rádios locais (legais ou “ilegais”). Os projetos do Ministério da Cultura devem muito à atuação durante oito anos do ministro Gilberto Gil e de seu sucessor, Juca Ferreira.

Para se entender o desenho político desse processo, é preciso recorrer à compreensão das correlações entre a macropolítica (partidos, governos...) e as micropolíticas (de muitos tipos e escalas) que atravessam os movimentos sociais e se misturam, como resistência (ou, ao contrário, como pequenos elos capitalísticos), muitas vezes em aliança com instâncias macropolíticas mais progressistas. É impossível calcular os efeitos e os resultados políticos, a médio e a longo prazos, desse verdadeiro rizoma.² Citando o filósofo Michel Serres,

[...] qualquer acontecimento da história é multitemporal, remete ao revolvido, ao contemporâneo e ao futuro *simultaneamente*. Tal ou qual objeto, esta ou aquela circunstância, são, pois, policrônicos, multitemporais, fazem ver um tempo amarrado, multiplemente dobrado (Serres, 1992).

As iniciativas micropolíticas estendem-se de modo difícil de se perceber, em movimentos subterrâneos, longe do olhar da mídia dominante; tais movimentos, aparentemente fragmentados, descoordenados e sem importância, só se tornam visíveis de forma súbita e imprevisível em momentos determinados.

² Macropolítica, micropolítica, rizoma. V. Deleuze, Gilles e Guattari, *F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995-1997.

No começo...

As primeiras rádios livres do Brasil parecem anedotas zen. A primeira, montada por dois irmãos adolescentes, no Espírito Santo, em 1970, em plena ditadura militar, resultou na prisão de um deles e também de seu pai pela Polícia Federal. Tiveram que provar – o que na época exigia bons relacionamentos e bons advogados – que não tinham relações com o movimento comunista. Em seguida, conta a lenda, um professor de escola técnica em Sorocaba, São Paulo, ensina seus alunos a construir transmissores de rádio. Resultado: quase 50 rádios estavam no ar na cidade entre 1982 e 1983. Daí surgiu a primeira organização de rádios livres brasileiras, o Conselho das Rádios Clandestinas de Sorocaba (CRCS), que tentou – em vão – organizar as emissoras para que não transmitissem umas sobre as outras ou interferissem nas FMs comerciais. O fechamento de algumas emissoras e a ameaça policial de fechamento de todas foram suficientes para calar as vozes livres de Sorocaba (Abreu, 1995).

Mas, em 1985, ano da redemocratização do país, São Paulo enche-se de rádios livres – Xilic, Itaca, Molotov, Totó, Ilapso, Trip, Tereza, Se Liga Suplicy... Xilic, na sua primeira transmissão, cita a Rádio Alice de Bolonha e o *Plastic People of the Universe*, o rock resistente antissoviético de Praga (Machado; Magri; Masagão, 1986, pp. 53-6 e p. 153). São todas rádios libertárias, mais para Maiakovski que Lenine; maodadaístas, como Alice; tropicalistas, produzidas por jovens e universitários. O movimento espalhou-se por todo o país, dispersamente, mas intenso.

O movimento no Brasil inspirou-se nos movimentos na Itália (anos 1970) e na França (anos 1980), como projeto de ampliar a comunicação democrática e sair do controle principalmente comercial com que essa mídia estava organizada no país. Não mostra continuidade alguma com o rádio como meio de luta

sindical (Bolívia, anos 1950-60) ou revolucionária (Cuba, Guatemala, El Salvador), exemplos recentes na América Latina.

Na primeira tentativa de juntar emissoras de vários estados, em 1986, no Rio de Janeiro formaram-se duas entidades: a ABO-LA, Associação Brasileira das Ondas Livres do Ar e a Cora-Libra, Cooperativa de Rádios Livres do Brasil (Abreu, 1995). Claudia de Abreu relata que, nos anos seguintes, houve uma diminuição no número de emissoras, até que o movimento é retomado, em 1989, com o I Encontro Nacional sobre Rádios Livres, em São Paulo. Organizado pela UNE (União Nacional dos Estudantes), o encontro contou com representantes de dez estados e aprovou a criação de um coletivo nacional, que buscava o apoio da sociedade civil pela democratização da comunicação. Em 1990, começaram a surgir os pré-Comitês pela Democratização dos Meios de Comunicação. Em 1991, foi lançada a Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação, em Brasília, com a presença do Coletivo Nacional de Rádios Livres. Foi somente em 1993, no entanto, que o movimento de rádios livres entrou oficialmente para a coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

A legislação das comunitárias

Com muitos avanços e recuos, o movimento consegue finalmente, por meio da Comissão de Comunicação, Tecnologia e Informática, em fevereiro de 1998, levar ao plenário do Congresso e aprovar a lei que regulamenta a radiodifusão comunitária. Da proposta de projeto de lei do movimento organizado só se aprovaram 10% dos itens definidos. No período da tramitação da lei, 70% dos membros da Comissão no Congresso eram donos ou tinham interesses indiretos em empresas de rádio e televisão (Costa e Hermann, 2003, pp. 16-7 e pp. 97-107). Daí não se poderia esperar grande coisa. Mas o "movimento" preferiu acitar

a lei como primeiro passo para se continuar lutando por uma regulamentação mais justa e democrática. Infelizmente, o segundo passo ainda não foi dado.

A lei (Lei nº 9.612/1998) limita o alcance das emissoras a um quilômetro de raio e a potência dos transmissores a um máximo de 25 watts; dispõe de uma única frequência no dial para os milhares de emissoras a serem criadas (isto só é modificado quando a Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações –, autarquia federal que regula e fiscaliza os serviços de telecomunicações do Brasil, descobre algum impedimento local); proíbe a captação de recursos de publicidade para a sustentação da emissora; proíbe a formação de rede entre as emissoras, salvo em caso de calamidade pública; e não garante às emissoras comunitárias proteção contra as interferências de emissoras comerciais e de serviços de telecomunicação.

Esses limites são largamente criticados como impeditivos de uma verdadeira opção democratizante da comunicação popular. Em primeiro lugar, por dificultar a sustentação econômica para as rádios funcionarem. Com a proibição da publicidade, fica impossível profissionalizar seus agentes e até pagar custos básicos, como aluguel de um espaço, contas de luz e telefone.

Apesar de todos esses limites, a procura pela licença para transmissão comunitária é enorme. E há um apoio contínuo de grandes organizações não governamentais para a criação de novas emissoras, assim como apoio mútuo, dentro do movimento, para a capacitação de pessoal. Para citar alguns exemplos: a ONG Jequitibá organizou um curso de Radiojornalismo para Comunicadores Populares, em Santarém, no Pará, e em Brasília, nos dias 21 e 28 de junho de 2010; em 2008 e em 2009, a Jequitibá já promovera o mesmo curso no Rio de Janeiro, em Recife, Aracaju e Salvador, com apoio da UNESCO, da Prefeitura de Genebra, da Embaixada da Suíça no Brasil, dos governos estaduais da Bahia e Pernambuco, das Universidades Federais de Sergipe e Brasília,

da Associação Brasileira das Rádios Comunitárias (Abraço) e da ONG Viva Rio, do Rio de Janeiro;³ a própria Abraço promove constantemente cursos como o de Comunicação Popular e Tecnologias Livres, que ocorreu durante seu congresso em Curitiba.⁴

Outros parceiros importantes são os Pontos de Cultura, programa do Ministério da Cultura sobre o qual falei mais adiante. Assim, o Ponto de Cultura Cantiga de Ninar (Itabaiana/Parafba) organizou, por três meses, a partir de setembro de 2010, oficinas de rádio comunitária e rádio web, em parceria com a Rádio Comunitária Voz Popular, do bairro de São Rafael, em João Pessoa.⁵ O Ponto de Cultura Adilson Duarte, de Ipiáu, Bahia, oferece Oficina de Radialismo Comunitário, com o apoio da Rádio Livre Comunitária de Ipiáu (fevereiro de 2010);⁶ o Ponto de Cultura Zabelê, junto com a Rádio Comunitária Zabelê, oferecem formação em rádio, em Remanso, município do sertão do Rio São Francisco;⁷ a Rádio Comunitária Campeche, junto com Focu – Pontão Fomento Cultural –, no polo Florianópolis, oferecem oficinas de animação, documentário e som para os pontos de cultura e rádios comunitárias.⁸

Com todos os limites, o interesse pela regulamentação de rádios comunitárias pelo Ministério das Comunicações tornou-se

outro canal de clientelismo político e, naturalmente, um fator de influência em eleições locais. A estimativa é de que cerca de 50% das 4.449 rádios comunitárias que hoje funcionam legalmente no País tenham contado com as bênçãos de padrinhos políticos. Senadores e deputados ligados a entidades que sempre têm um político municipalista por trás – um prefeito ou um vereador – pressionam para acelerar a tramitação do processo de autorização das rádios e assim passam, ambos, a ter canal cativo nos períodos eleitorais.⁹ O uso eleitoral das emissoras de rádio FM e AM por políticos não é novidade, em nível estadual e federal.

Foram divulgados em março passado [2008] novos resultados de levantamento feito pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (EPCOM) que revelam que 271 políticos brasileiros, no exercício de mandato eletivo, possuem vínculo direto e oficial com veículos de radiodifusão, isto é, são sócios ou diretores de 348 emissoras de rádio e/ou televisão. Desses, 147 são prefeitos (54,24%), 48 (17,71%) são deputados federais; 20 (7,38%) são senadores; 55 (20,3%) são deputados estaduais e um é governador (Lima, link coronelismo-eletrônico-de-novo-tipo/70).

Aí não estão contabilizadas as relações informais e indiretas (por meio de parentes e “laranjas”) que envolvem muitos dos demais parlamentares com emissoras de rádio e TV. A extensão dessa prática à manipulação das comunitárias não passa, pois, de repetição de velho modelo. Franklin Martins, quando ministro da Secretaria de Comunicação Social do governo federal, chegou a propor que a regulamentação das telecomunicações e da radiodifusão fosse prioridade do próximo governo. Também se referiu

³ Disponível em: <http://www.unesco.org/pt/brasil/ingles/single-view/news/unesco_and_the_ngo_jequitiba_promote_a_radio_journalism_training_course_for_communicators_from_community_radio_stations/back/9679/cHash/1a4ba4b513/>. Acesso em: 6 nov. 2010.

⁴ Disponível em: <<http://agenciaabraco.org/noticia/72>>. Acesso em: 6 nov. 2010.

⁵ Disponível em: <<http://pccn.wordpress.com/2010/08/29/ponto-de-cultura-vaioferer-oficinas-de-radio-comunitaria-e-radio-web-em-setembro/>>. Acesso em: 6 nov. 2010.

⁶ Disponível em: <<http://pontodeculturaipiau.blogspot.com/2010/02/oficina-de-radialismo-comunitario-e.html>>. Acesso em: 6 nov. 2010.

⁷ Disponível em: <<http://pontoapontobahia.wordpress.com/remanso-radio-comunitaria-zabele-fm/>>. Acesso em: 6 nov. 2010.

⁸ Disponível em: <<http://blog.radiocampeche.com.br/2010/05/radio-comunitaria-campeche-98-3-informal/>>. Acesso em: 6 nov. 2010.

⁹ Disponível em: <<http://www.jornaldondrina.com.br/online/conteudo.phuml?t=1&id=982919&ct=Politicos-aceleram-concesso-de-rádios-comunitarias>>. Acesso em: mar. 2012.

à proibição de quem ocupa cargo eletivo ser concessionário de meio de comunicação de massa, o que já consta da lei, determinando que houvesse uma regulamentação mais estrita nesse sentido (Lambranco, *link* <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=446IPB006>>).

Os entraves para a regulamentação das comunitárias junto ao Ministério das Comunicações produzem, no entanto, um efeito mais amplo: além das 4.449 rádios já legalizadas,¹⁰ há mais de 30 mil rádios de pequena potência no ar no país, pelas contas da Abraço. Como encarar esse fato? No início do governo Lula, em 2003-2004, foi criada uma comissão *ad hoc* no ministério para fazer um diagnóstico da situação e propor novos e mais adequados meios para selecionar e agilizar as concessões a novas rádios. Nesse momento, já havia umas 15 mil rádios no ar sem concessão.

Depois de um ano, no entanto, essa comissão não conseguiu avançar muito. A maior dificuldade era como classificar as rádios “ilegais”, para permitir seu acesso a concessões. Quase metade das rádios ilegais pertencia a igrejas evangélicas, outra grande parcela era formada pelas rádios “particulares”, montadas por pequenos comerciantes vendendo ilegalmente publicidade, além das rádios de políticos locais, vereadores, na maioria. Um número reduzido correspondia a rádios comunitárias *stricto sensu*, ligadas a associações de moradores e a outros grupos locais.

O problema é que, mesmo entre as rádios ligadas a igrejas e rádios “particulares”, havia um número de emissoras que funcionavam nos moldes das comunitárias, tratando de problemas vividos pela população local e dando voz a grupos organizados e a artistas locais. Por que não poderiam ser incorporadas, a partir de pequenas mudanças na sua organização e no seu funcionamen-

¹⁰ Ver <<http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/radiodifusao/dados-gerais/25306-radiodifusao-comunitaria>>. Acesso em 18 fev. 2013.

to, e ganhar também o *status* de comunitárias? A comissão não conseguiu encontrar caminhos regulamentares para discriminar as rádios existentes e modificar as regras para concessões.

Outra reação foi tentada com uma série de lutas por legislação municipal que fizesse a outorga de concessões a partir das prefeituras. Várias leis foram aprovadas, como a da cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro¹¹ e de Campinas, no estado de São Paulo;¹² assim como em Pontalina, em Goiás (Lei Municipal nº 001/2004 e Regulamentação nº 064/2004, de 2004). A Assembleia Legislativa do estado do Piauí aprovou legislação estadual para a outorga de concessões.¹³ Toda essa legislação entra em choque com a legislação federal que, pela Constituição, é a única instância responsável pelo controle das telecomunicações no país. A tentativa é criar conflitos judiciais que tenham que ser decididos nos tribunais estaduais. Até o município de São Paulo teve sua lei aprovada em 2005 (a Lei nº 14.013, sancionada pelo prefeito José Serra).¹⁴

Isso não impediu que, em 8 de abril de 2009,

[...] a Anatel protagonizasse um curioso ato público, com palco montado no hangar da Vasp – Viação Aérea de São Paulo, no aeroporto de Congonhas [...]. Tendo como plateia o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, a vice-prefeita, secretários municipais, funcionários da Anatel, além de policiais federais e jornalistas convidados, entrou em cena um trator com rolo compressor e destruiu cerca de oito toneladas de equipamentos apreendidos em operações de fiscalização de emissoras de rá-

¹¹ Disponível em: <<http://www.radiolivre.org/node/884>>. Acesso em: mar. 2012.

¹² Disponível em: <<http://www.piratininga.org.br/arquivos/2005/64/nogueira-campinas.html>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

¹³ Disponível em: <<http://www.portalotamboril.com.br/noticias/-953.html>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.radiolivre.org/node/997>>. Acesso em: mar. 2012.

dio comunitárias e piratas. Ao todo, 17 mil discos e CDs, 750 transmissores, 70 antenas e dezenas de computadores e aparelhos de som viraram sucata. [...] Eles teriam sido apreendidos nos últimos cinco anos, em todo o estado, e correspondiam a dois mil processos concluídos pela Justiça, que autorizara sua destruição (Gomes, 2010).

Para o prefeito Kassab, o material foi destruído para mostrar que não haverá tolerância: “Nosso objetivo é fechar todas as rádios piratas e ilegais. Se é clandestina, tem que ser eliminada”, sentenciou. Dirigentes de entidades e de organizações sociais ligadas a movimentos de defesa da democratização dos meios de comunicação compararam o episódio às conhecidas práticas ditatoriais típicas de estados totalitários (Idem).

Um caos criador

A impressão que se tem do quadro mais amplo, assim, é de algo caótico. E isto é o que se pode considerar como mais preciso, mais perto da realidade. A informação sobre o interesse pela criação de rádios locais disseminam-se por *n* caminhos. Atualmente, em função das restrições legais e das mudanças na base tecnológica das comunicações, essas informações são acompanhadas pelas disponíveis na internet – tanto em relação à web rádio, quanto a montagens de *sites* e blogs associados às rádios locais, ou no lugar delas, como canal para divulgação, comunicação e realização de ações culturais, artísticas e/ou políticas locais.

Assim se disseminam tanto pequenas rádios “ilegais”, que surgem e desaparecem com frequência, com ou sem a repressão policial instituída, quanto acontecem intervenções de coletivos locais, utilizando os meios internautas, associados, às vezes, à implantação provisória de uma emissora de rádio.

Um exemplo recente: durante a realização do Fórum Social Urbano, evento paralelo ao Fórum Mundial Urbano (no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de março de 2010), um grupo formado por várias entidades resolveu instalar uma rádio que transmitiria localmente e via internet uma cobertura do Fórum. Faziam parte do grupo a Rádio Kaxinawá,¹⁵ o Pontão da ECO¹⁶ e um coletivo de artistas chamado Jogos de Escuta.¹⁷ A rádio foi instalada – Rádio PortoÁrea – transmitindo diariamente para uma área do Centro da cidade do Rio de Janeiro uma programação com entrevistas e o áudio das mesas-redondas e outras atividades que aconteciam no Fórum. Um problema técnico impediu a transmissão simultânea em web rádio, mas o Jogos de Escuta montou um blog para transmitir parte da produção – <<http://radioportoarea.espectroaberto.org/>>. A rádio só durou quatro dias – de 22 a 25 de março –, mas o blog, com a cobertura em áudio do evento, ainda pode ser acessado.

O apoio do Ministério da Cultura

Muitos projetos culturais locais, com mais tempo de permanência, incluindo modos tradicionais de música, dança e poesia, receberam apoio do governo federal através do Programa dos Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura. Este foi, certamente, o programa mais amplo de apoio ao desenvolvimento cultural

¹⁵ Rádio Comunitária que inclui o Laboratório de Rádio da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FEFB-UERJ, junto com outros grupos da comunidade de Vila São Luís, um bairro de Duque de Caxias, na periferia do Rio de Janeiro.

¹⁶ Grupo universitário que dá suporte técnico e pedagógico aos Pontos de Cultura apoiados pelo Ministério da Cultura; ECO é a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁷ Coletivo de artistas que trabalha com interfaces sonoras, inclusive o rádio.

já desenvolvido no país, com o foco na enorme diversidade que caracteriza a vida cultural brasileira.

É a cultura financiada de baixo para cima, permitindo a afirmação dos grupos culturais nas suas diferenças – museus dentro de favelas, preservação da memória em grupos quilombolas,¹⁸ ou a formação de grupos de produção de vídeo em aldeias indígenas, apoio a grupos que mantêm formas tradicionais de dança e música, como o Jongo da Serrinha¹⁹ ou os maracatus, em Pernambuco, e, ao mesmo tempo, a grupos de periferias urbanas que desenvolvem a cultura digital – arte por computador, ensino da criação de blogs e sites na internet, ou rádios comunitárias (sem-pre associadas às tecnologias digitais).

Até 2009, foram investidos pelo programa Cultura Viva R\$ 365,7 milhões em 8.987 iniciativas em todo o Brasil. Desses investimentos, R\$65 milhões foram para a criação de 1.084 novos Pontos de Cultura. E, segundo o Ministério da Cultura, existem quatro mil Pontos de Cultura em 1.122 municípios do Brasil, o que implica o atendimento a oito milhões e quatrocentas mil pessoas em todo o País.²⁰

Então, o mesmo Ministério das Comunicações que, segundo a legislação restritiva, é um obstáculo ao desenvolvimento de maior número de rádios comunitárias, estabeleceu parcerias com os ministérios da Cultura, da Ciência e Tecnologia e da Agricultura para criar 11.356 pontos de conexão gratuita à internet no Brasil. Esses pontos incluem escolas públicas, bibliotecas, Pontos de Cul-

tura, aldeias indígenas, comunidades quilombolas, assentamentos rurais etc.²¹ Muitos deles já estão associados a rádios comunitárias (legais ou “ilegais”) para sua transmissão em web rádio.

Outro projeto do Ministério da Cultura criou os Pontos de Cultura, para articular os Pontos de Cultura, estabelecer a integração e o funcionamento da rede desses pontos (via internet). Os Pontos aprovados receberam recursos de até R\$500 mil, para que pudessem adquirir equipamentos e adequar instalações físicas. O financiamento deu-se por meio de parcerias com empresas públicas, privadas e governos locais. Trabalharam com a perspectiva de capacitar produtores, gestores, artistas e de difundir produtos.²² E, como vimos, vários desses Pontos de Cultura forneceram treinamento para montagem e operação de rádios comunitárias. Mais de trinta estão ligados a universidades públicas, federais e estaduais.

O Pontão da ECO, por exemplo, oferece Laboratório de Áudio (gravação, mixagem e produção sonora e radiofônica e web rádio), além de Laboratório de Vídeo, de Web (com uso preferencial de aplicativos livres), de desenvolvimento de projetos culturais, de interferências sonoras urbanas com rádio e web rádio, de *circuit bending*.²³ A sua participação na criação da ‘radiopontoarea’ foi uma das atividades de Interferências Sonoras Urbanas com rádio e web rádio.

²¹ Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/noticias-do-site/22528-programa-gesac-ampia-parceria-com-minc-para-conexao-de-pontos-de-culturas>>. Acesso em: 16 nov. 2010.

²² Dados disponíveis em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/pontoes/>>. Acesso em: 1 abr. 2012.

²³ A técnica consiste basicamente na modificação de dispositivos eletrônicos (tais como brinquedos usados ou outros aparelhos), visando à criação de instrumentos musicais com uma sonoridade única, adaptados com uma série de novos recursos (componentes e botões), responsáveis por essa nova sonoridade. Ver: <<http://www.ufscar.br/rua/site/?p=1277>>. Acesso em: 1 abr. 2012.

¹⁸ Quilombolas são residentes remanescentes de quilombos, terra ocupada por escravos fugitivos, antes da Abolição da Escravatura (1888). Muitas dessas comunidades ainda existem.

¹⁹ Jongo é uma forma musical e de dança dos escravos de origem bantu. Os grupos de jongo preservam essa prática. O Jongo da Serrinha tem sua sede no Morro da Serrinha, no bairro de Madureira, Rio de Janeiro.

²⁰ Disponível em: <<http://softwarelivre.org/portal/comunidade/pontos-de-cultura-alcancam-84-milhoes-de-pessoas>>. Acesso em: 16 nov. 2010.

Muitos jovens formados nestas iniciativas – Pontos, Pontões ou nas ONGs que citei no início – têm atuado em suas comunidades e nas favelas, criando centros de comunicação, rádios livres e blogs, a partir da perspectiva política teórica das rádios livres, ou novos polos políticos como o 'espectroaberto.org', associado ao movimento internacional 'openspectrum.info'.²⁴

Crescente atividade micropolítica em práticas artístico-culturais – grupos de teatro, dança, música, produtores de vídeo e cinema nas periferias urbanas etc. –, associada às novas tecnologias de comunicação, aumenta a expectativa de que as novas gerações, com sua contínua vivência comunicativa também potencializada no uso das redes sociais,²⁵ cheguem a induzir mudanças qualitativas na macropolítica, no Estado, nos governos, que as ações dos partidos políticos e dos sindicatos não vêm favorecendo.

Referências:

Livros; capítulos de livros:

- AGAMBEN, Giorgio. *Moyens sans fins*: notes sur la politique. Paris: Rivage Poche, 2002.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *Encontro com Roquette-Pinto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957.
- BAYLE, François. *Musique acousmatique... propositions...positions*. INA/GRM; Buchet/Chastel, 1993.
- BERARDI, Franco (Bifo). *Il sapiente, il mercante, il guerriero: dal rifiuto del lavoro all'emergere del cognariato*. Roma: Derive Approdi, 2004.
- . *Felix: narrazione dell'incontro con il pensiero di Guattari, cartografia visionaria del tempo che viene*. Roma: Luca Sossela Editore, 2001.
- . *Mutazione e cyberpunk: immaginario e tecnologia negli scenari de fine millennio*. Gênova: Edizioni Costa & Nolan, 1994.
- BRÉHIER, Emile. *La theorie des incorporels dans l'ancien stoïcisme*. In: *Études de Philosophie Antique*. Paris: P.U.F., 1955.
- CAGE, John. *De segunda a um ano*. Trad. Rogério Duprat. Rev. Augusto de Campos. São Paulo: Hucitec, 1985.
- . *Silence*. Middletown (USA): Wesleyan University Press, 1961.
- CAMPOS, Augusto de. *Música de invenção*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Trad. Estella dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- . *Acercas do Ritornelo*. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 4. Trad. Suely Rohnik. São Paulo: Editora 34, 1997.

²⁴ Ver: <<http://espectroaberto.org/>>; <<http://www.radiolivre.org/>>; <<http://openspectrum.info/>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

²⁵ A utilização do Facebook, Orkut e Tweeter no Brasil é marcante. Facebook e Orkut são usados principalmente por crianças e jovens (predominantemente, abaixo dos 30 anos).

Artigos em revistas acadêmicas e Anais de Congressos:

- COPELAND, Darren. "Cruising for a Fixing". *Musicworks* #61. Winter, 1995. Disponível em: <<http://archive.groovy.net/soundtravels/cruising.html>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- COSTA, Mauro Sá Rego e EL HAOUILL, Janete. Rádios universitárias para um mundo melhor. In: CONGRESSO DE EDUCACION SUPERIOR, 4, Universidad 2004, Havana, Cuba, fev. 2004. CD-ROM.
- COSTA, Mauro Sá Rego e HERMANN Jr., Wallace. Rádios livres, rádios comunitárias, outras formas de fazer rádio e política. In: *Lugar comum: estudos de mídia, cultura e democracia*. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, Universidade Nômade, 2003.
- CUNHA, Magda Rodrigues da. A era pós-mídia nas rádios livres: o pensamento de Felix Guattari. In: INTERCOM, CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, UERJ, 2005. Disponível em: <http://ganesha.org.br/arquivosSGC/DOWN_220536radios_livres_intercom.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- GOMES, Ana Luisa Zaniboni. Gritos parados no ar: uma reflexão sobre processos de interdição em rádios comunitárias. In: INTERCOM, ENCONTRO DOS GRUPOS DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, 10, GP Rádio e Mídia Sonora, Caxias do Sul, set. 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0201-1.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- LANDER, Dan. Radiodifusão: reflexões sobre o rádio e a arte. In: ZAREMBA e BENTES (Orgs.). *Rádio Nova: constelações da Radiofonia Contemporânea* 3, Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, 1999.

Artigos em jornais e revistas:

- ABREU, Claudia de. *Tribuna da Imprensa*. Segundo Caderno, 25 nov. 1995.
- BERARDI, Franco. Informazioni false producono eventi veri. *Rádío Alice*, fev. 1976.
- KLEMENS GRUBER: Entrevista di Alessandro Marucci. *Il Manifesto/Alfas*, 9 marzo 2002.

Artigos em sites e blogs:

- BERARDI, Franco "Bifo". Interviewed by Matt Fuller & snafu@kyuuzz.org. *Cognitariat and Sentiocapital*. Disponível em: <http://subsol.c3.hu/subsol_2/contributors0/bifotext.html>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- BURROUGHS, William. "Word is a virus". In: *Electronic Revolution*. Disponível em: <http://www.ubu.com/historical/burroughs/electronic_revolution.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- CAGE, John. *John Cage: an autobiography*. Disponível em: <<http://www.newalibion.com/artists/cage/autobiog.html>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- . *Roaratorio: an Irish Circus on Finnegans Wake*. Disponível em: <http://www.themodernword.com/joyce/music/cage_roaratorio.html>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- GODDARD, Michael. *1968-1977-1999 and beyond: Bifo's futurist thought and the invention of world 3*. Disponível em: <<http://www.highbeam.com/doc/1P3-939465631.html>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- KOGAWA, Tetsuo. *Toward Polymorphous Radio*. Disponível em: <<http://anarchy.translocal.jp/non-japanese/radiorethink.html>>. (Rumo ao Rádio Polimorfo, trad. Lilian Zarembo). Acesso em: 18 fev. 2013.
- LAMBRANHO, Lúcio. "Parlamentares donos de rádio e TV sob pressão". Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=446PB006>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- LIMA, Venício A. de. "Coronelismo eletrônico de novo tipo". Disponível em: <<http://www.jurisciencia.com/artigos/coronelismo-eletronico-de-novo-tipo/70/>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- PERLOFF, Marjorie. "The music of verbal space: John Cage's 'What you say'". Disponível em: <<http://epc.buffalo.edu/authors/perloff/cage.html>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- PRADO, Eleutério F. S. *Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/23747129/PRADO-E-S-Pós-grande-industria-trabalho-imaterial-e-fetichismo-uma-critica-a-A-Negri-e-M-Hardt>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- PRITCHETT, James. *The story of John Cage's The City wears a slouch hat*. 1995. Disponível em: <<http://www.rosewhitemusic.com/cage/texts/slouch.html>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- TAN, Margaret Leng. *Silent revolution*. Disponível em: <<http://users.skynet.be/P-ART/PARADISE/JOURNAL/JOURNAL10/silentrevolution.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

Sobre o autor

Mauro Sá Rego Costa tem graduação em Filosofia – UFRJ (1971), Mestrado em Comunicação – UFRJ (1983) e Doutorado em Educação – UFRJ (1994). Foi professor de Estética e Teoria da Percepção no Conservatório Brasileiro de Música, onde chegou a dirigir o Mestrado em Música (1995-2000), e na Faculdade de Dança Angel Vianna. Atualmente é professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde vem atuando, nos últimos doze anos, na área de Rádio: Educação e Comunicação, com os temas: teoria do rádio, rádioarte, rádio experimental, rádio educativa e rádios comunitárias.